

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações



Natalia Colombo
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações



Natalia Colombo
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Natalia Colombo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 Ciências humanas [recurso eletrônico] : afeto, poder e interações / Organizadora Natalia Colombo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-457-3

DOI 10.22533/at.ed.573200710

1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I.Colombo, Natalia.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O primeiro volume de “Afeto, Poder e Interações” transita entre as temáticas relacionadas aos direitos humanos, democracia, cidadania, racismo, migrações e territórios.

Dialéticas Marxistas dão base para análises da prática profissional do serviço social, violação dos direitos humanos como meio de compreensão do fenômeno da pobreza (e os desafios do exercício da cidadania por pessoas em situação de rua) e práticas educativas apoiadas nos direitos humanos para a convivência com a diversidade no ambiente escolar. Colaboram, também, com as análises voltadas a um projeto educacional aplicado como ferramenta para que crianças se assimilem aos lugares de resistência ancestral de forma positiva; e sobre a relação da juventude com a alienação política. Precedendo a observação sobre como a formação continuada docente colabora com a promoção de mudanças metodológicas no ensino e, por consequência, nas mudanças de aprendizado.

Na sequência, relações de poder de ideologia patriarcal e as lutas das mulheres abrem espaço para os debates feministas e os papéis de esteio feminino nas sociedades – desde debates revolucionários à temáticas de saúde pública e autocuidado.

Performance e psicologia analítica são abordados na construção do personagem fictício e aplicados em projetos de combate à violência contra a mulher.

Reflexões de caráter antropológico e a contextualização da origem da imprensa alternativa homossexual são apresentados para o entendimento sobre a percepção de sujeitos gays negros frente à sociedade.

Além da compreensão de uma perpetuação de um estereótipo embranquecido – pano de fundo para o marketing de empreendimento imobiliário na formação do imaginário social na cidade de São Paulo.

Os capítulos finais abordam o estigma social, preconceito e desvalorização humana de profissões relacionadas à coleta de lixo; além do recorte local de um processo migratório global causador do aumento da população vulnerável em todo o planeta.

Na esteira das relações migratórias de fronteira, apresentamos como as representações sociais de identidades culturais podem reforçar, de maneira positiva, identificações entre nações.

Trata-se ainda, sobre o multiculturalismo e peculiaridades do campo; sob análises do processo histórico no qual o conceito de propriedade se cunhou; territórios e resistências na construção de comunidades e sobre a luta e libertação do colonialismo.

Natalia Colombo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SERVIÇO SOCIAL E TEORIA MARXIANA: HISTÓRIA, SUPERAÇÕES E CONTINUIDADES Nathália Pereira Prado Solange Fernandes DOI 10.22533/at.ed.5732007101	
CAPÍTULO 2	16
A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS E OS PROCESSOS DE VIOLAÇÃO A PARTIR DO CONTEXTO DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA Gustavo Júnior Andrade dos Reis Robert Henrique Sousa Dantas Paulo Sérgio Araújo DOI 10.22533/at.ed.5732007102	
CAPÍTULO 3	25
DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL ALDENIRA NUNES NO MUNICÍPIO DE FLORIANO-PI Sandra Muniz Vieira DOI 10.22533/at.ed.5732007103	
CAPÍTULO 4	38
REVERBERANDO O LUGAR DA PEQUENA CRIANÇA NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIÁLOGO POSSÍVEL ATRAVÉS DO PROJETO: AFRICANIDADES E BRASILIDADES Marivania Xavier Cavalcanti Costa DOI 10.22533/at.ed.5732007104	
CAPÍTULO 5	49
PROTAGONISMO JUVENIL OU ALIENAÇÃO: DILEMAS DO COTIDIANO E INTERAÇÕES NO CAMPO POLÍTICO José Silon Ferreira Aloisio Ruscheinsky DOI 10.22533/at.ed.5732007105	
CAPÍTULO 6	62
ESTUDO SOCIOINTERACIONAL DO DISCURSO DE PROFESSORES DE PORTUGUÊS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF EM CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA Vera Lúcia Godinho Carneiro DOI 10.22533/at.ed.5732007106	
CAPÍTULO 7	73
APONTAMENTOS SOBRE PATRIARCADO, MOVIMENTOS FEMINISTAS E DIREITOS DAS MULHERES CUBANAS PÓS-REVOLUÇÃO Rita de Cassia Krieger Gattiboni Rosângela Angelin DOI 10.22533/at.ed.5732007107	

CAPÍTULO 8	85
SAÚDE E SABERES DAS MULHERES EM CONTEXTO RIBEIRINHO	
Priscila Freire Rodrigues	
Lígia Costa de Sousa Nogueira Martins	
DOI 10.22533/at.ed.5732007108	
CAPÍTULO 9	101
NÓS - TEATRO DAS OPRIMIDAS E A (DES) NATURALIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES	
Michelle dos Santos Lomba	
DOI 10.22533/at.ed.5732007109	
CAPÍTULO 10	116
O MUNDO ÍNTIMO DOS ARTISTAS: SANIDADE OU LOUCURA SOB O VIÉS JINGUIANO	
Andréa Hamminni Pires da Silva Avila Franquetto	
Carla Barcelos Nogueira Soares	
João Carlos de Aquino Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.57320071010	
CAPÍTULO 11	128
QUESTÕES DE (DES)GOSTO: NOTAS REFLEXIVAS SOBRE MASCULINIDADE, NEGRITUDE, HOMOSSEXUALIDADE E AFETO	
Vinicius Luis Pires Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.57320071011	
CAPÍTULO 12	140
A EUGENIA NA CIDADE DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS DE 1988-1990 ATRAVÉS DO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO”	
Bolají Alves Matos de Paula Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.57320071012	
CAPÍTULO 13	151
O CANTO DAS SEREIAS: IMAGENS DO HABITAR NA CIDADE DE SÃO PAULO SOB O CAPITALISMO FINANCEIRO	
Maria Fernanda Andrade Saiani Vegro	
Fábio Lopes de Souza Santos	
DOI 10.22533/at.ed.57320071013	
CAPÍTULO 14	167
O GARI E O CATADOR COMO TRABALHADORES <i>OUTSIDERS</i> E A ESTIGMA SOCIAL	
Kayo Henrique Duarte Gameleira	
Thallys Emanoell Pimenta de Freitas	
Ailton Siqueira de Sousa Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.57320071014	

CAPÍTULO 15.....	180
REFUGIADOS NA AMÉRICA LATINA: REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL	
Lucelaine dos Santos Weiss Wandscheer	
Flávia Candido da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.57320071015	
CAPÍTULO 16.....	194
A REAFIRMAÇÃO DO ESTEREÓTIPO DA AMIZADE URUGUAIO-BRASILEIRA NO TELEJORNALISMO E NO IMAGINÁRIO FRONTEIRIÇO	
Roberta Brandalise	
DOI 10.22533/at.ed.57320071016	
CAPÍTULO 17.....	208
IMPLICÂNCIAS E SILÊNCIOS DA HISTÓRIA EM RELAÇÃO AO LINGUAJAR CAMPEIRO: APONTAMENTOS PRELIMINARES	
Manoel Adir Kischener	
Everton Marcos Batistela	
Airton Carlos Batistela	
Mariza Rotta	
DOI 10.22533/at.ed.57320071017	
CAPÍTULO 18.....	226
A PROPRIEDADE DA TERRA ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	
Lorenzo Giovanni Gava	
Eleide Abril Gordon Findlay	
DOI 10.22533/at.ed.57320071018	
CAPÍTULO 19.....	234
GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E QUILOMBOS: OS DESAFIOS NO DEBATE DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS	
Maria Pricila Miranda dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.57320071019	
CAPÍTULO 20.....	244
PROCESSO REVOLUCIONÁRIO NA ÁFRICA LUSÓFONA: AMÍLCAR CABRAL E O MOVIMENTO DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE	
Cam-naté Augusto Bissindé	
DOI 10.22533/at.ed.57320071020	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	260
ÍNDICE REMISSIVO.....	261

CAPÍTULO 3

DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL ALDENIRA NUNES NO MUNICÍPIO DE FLORIANO-PI

Data de aceite: 01/10/2020

Sandra Muniz Vieira

Instituto Federal do Piauí- IFPI

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo analisar a prática educativa da escola no que se refere à questão dos Direitos Humanos e a convivência com a diversidade no ambiente escolar. Contudo, identificar a concepção dos professores sobre os Direitos Humanos e suas implicações na prática educativa e verificar quais são os Direitos Humanos compreendidos pelos educandos e quais direitos eles consideram mais importante, se os direitos fundamentais estão sendo assegurados no espaço escolar em relação ao convívio com a diversidade dos educandos e educadores. A modalidade de pesquisa que deu suporte ao presente trabalho foi à qualitativa. Para alcançar os objetivos propostos realizou-se a entrevista semiestruturada e aplicou-se questionário com perguntas abertas e fechada para alunos e professores do Ensino Médio da Escola Municipal Aldenira Nunes, localizada na Comunidade L03, no município de Floriano-PI.

PALAVRAS - CHAVE: Direitos Humanos. Diversidade. Escola. Educação.

HUMAN RIGHTS AND DIVERSITY AT ALDENIRA NUNES MUNICIPAL SCHOOL IN THE MUNICIPALITY OF FLORIANO-PI.

ABSTRACT: This research aimed to analyze the educational practice of the school with regard to

the issue of Human Rights and the coexistence with diversity in the school environment. However, to identify the teachers' conception of Human Rights and its implications in the educational practice and to verify which are the Human Rights understood by the students and which rights they consider more important, if the fundamental rights are being guaranteed in the school space in relation to living with the diversity of learners and educators. The research modality that supported the present work was qualitative. In order to achieve the proposed objectives, a semi-structured interview was conducted and a questionnaire with open and closed questions was applied to students and teachers of the Secondary School of the Municipal School Aldenira Nunes, located in the Community L03, in the municipality of Floriano-PI.

KEYWORDS: Human Rights. Diversity. School. Education

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta o resultado de uma pesquisa realizada sob a linha de estudo Pobreza, direitos humanos, justiça e educação, com o tema “Direitos Humanos e Diversidade na Escola Municipal Aldenira Nunes no município de Floriano-PI”. A mesma teve como objetivo geral analisar a prática educativa da escola em análise no que se refere à questão dos direitos humanos e a convivência com a diversidade no ambiente escolar. Diante disto, justifica que a escola é um local de encontro com o diferente, responsável por germinar conhecimentos e

socialização de todos, assegurando o bem de todos para que haja violação dos direitos humanos.

Desse modo, a pesquisa é norteada pela seguinte problemática: De que forma a Escola Municipal Aldenira Nunes trabalha a questão dos direitos humanos e como a prática educativa contribui para a convivência com a diversidade no ambiente escolar?

Embora, os direitos humanos estão presentes na legislação, a sua garantia não é reconhecida e nem respeitado. Então, a escola por ser um ambiente de convívio com a diversidade o nosso objetivo foi Identificar a concepção dos professores sobre os direitos humanos e suas implicações na prática educativa na Escola Municipal Aldenira Nunes, contudo, verificar quais são os direitos humanos compreendidos pelos educandos e quais deles é mais importante. Por fim, examinar se os direitos fundamentais estão sendo assegurados no espaço escolar.

Esta pesquisa surgiu baseada na hipótese de que os Direitos Humanos são inerentes a Todos. E que a escola por ser um espaço educativo onde os indivíduos adquire consciência de si mesmo como sujeitos de direitos e deveres deve oferecer e promover ações pedagógicas no sentido de que não haja violações e ao mesmo tempo contribuir para que esses direitos cheguem a toda comunidade. Este estudo teve como suporte teórico o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), Lima (2016), Benevides (2012), BOBBIO(1992), Sandra (2013), Rabenharst (2008), Silveira (2007), dentre outros autores que abordam a temática.

2 | METODOLOGIA

A modalidade de pesquisa que deu suporte ao presente trabalho será a qualitativa, que de acordo com Marconi e Lakatos (2006, p.69) “preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento”. Sendo que, a princípio realizou-se um estudo bibliográfico, e, em seguida, foi realizada uma pesquisa de campo na Escola Municipal Aldenira Nunes na localidade L 03, município de Floriano-PI. Os sujeitos da pesquisa foram dez **professores e trinta alunos** do ensino médio, (1º, 2º e 3º).

A presente pesquisa tem como objetivo fazer uma análise descritiva do questionário que será realizada com os alunos e professores do 1º, 2º e 3º ano do Ensino médio. Ao mesmo tempo propiciar reflexões sobre a importância da educação em direitos humanos e a convivência com a diversidade no ambiente escolar.

Para a coleta de dados a técnica utilizada foi à aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas. Conforme Yaremko (1986, p. 186) o questionário pode ser definido como “um conjunto de perguntas sobre um determinado tópico que não testa a habilidade do respondente, mas mede sua opinião, seus interesses, aspectos de personalidade e informação biográfica”. Conforme, Sommer e Sommer *apud* Bandeira

(2013, p. 07) o uso de perguntas fechadas “mostra frequentemente mais respeito à opinião das pessoas, deixando-as classificar suas respostas como pergunta para assegurar avaliação mais discriminada do nível de conhecimento do que seria possível com apenas uma ou duas”. Nessa perspectiva, Bandeira (2013, p. 8) afirma que “o argumento de que *perguntas abertas dão mais liberdade de expressão ao respondente é uma falácia*”.

A escolha por esta técnica deu-se porque o questionário é considerado o instrumento principal para o levantamento de dados por amostragem. De acordo, com Fink & Kosecoff (1985, p.13) considera a aplicação de questionários como “um método para coletar informação de pessoas acerca de suas ideias, sentimentos, planos, crenças, bem como origem social, educacional e financeira”.

3 | ESCOLA E DIREITOS HUMANOS

A comunidade escolar vive perante a um novo contexto social, em que cada educando apresenta características individual diferenciada, diante desse novo visa ampliar a habilidade das relações interpessoais, para que possa tornarem pessoas mais humanas e solidárias. Neste sentido, a escola deve incluir nos seus objetivos a convivência pacífica entre todos os seus participantes, voltada para a valorização do outro, tanto de respeito, como de equidade, para isso é preciso dá importância para um documento em destaque que foi elaborado em 1948, cujos direitos se mantêm válidas, atuais e desafiadoras. Trata-se da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em dezembro de 1948.

De acordo, com a Declaração de Cidadão e a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, Virgínia, segundo seus formuladores, não pretendia “criar direitos humanos”. Os direitos expressos nessas declarações direciona a Todos os Homens, independentemente da época, contexto político e sociedade.

Segundo Mendonça Módulo II do curso de especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade, a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789) foi feita inspirada pelo pensamento liberal e decorrente da Revolução Francesa daquele ano, portanto, fica bastante evidente a percepção de que esse instrumento vinha para materializar o conjunto de ideias e valores provindos do direito natural.

No primeiro artigo da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) afirma que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos [...]”, neste sentido, compreende-se que as pessoas são livres e iguais por natureza. No entanto, “os Direitos Humanos são universais no sentido de que aquilo que é considerado um direito humano no Brasil, também deverá sê-lo com o mesmo nível de exigência, de respeitabilidade e de garantia em qualquer país do mundo”. (BENEVIDES, 2012, p. 5). A seguridade “compete aos Estados independentemente dos seus sistemas político, econômico e cultural, promover e proteger todos os Direitos Humanos e liberdades fundamentais”. (DECLARAÇÃO E

PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA, 1993, p. 4).

Conforme, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948), nos seus artigos 1º e 2º, assegura que todo ser humano é uma pessoa, dotado de personalidade, capaz de gozar dos direitos e das liberdades estabelecidas no estatuto, sem distinção de qualquer espécie, membro da sociedade em que vive e merecedor de uma existência humana, digna, e não sub-humana.

No entanto, para Rabenhorst (2008, p. 16) os “Direitos Humanos”, são aqueles correspondentes à dignidade dos seres humanos. Direitos estes que possuímos não porque o Estado decidiu, através de suas leis, ou por intermédio de acordos. Mas, porque segundo Sandra (2013, p.36) são constituídos pela própria natureza e não criados pelos homens, ou seja, independem de ato de vontade, por refletir exigências sociais da natureza humana, Como exemplos, direito à vida, direito de se reproduzir, direito de sobrevivência, direito à saúde, direito à liberdade.

O Programa Nacional de Direitos Humanos II, lançado pelo governo federal em 2002 aplicar-se uma parte à educação com propostas para serem desenvolvidas a curto, médio e longo prazo, nestas propostas estão elas “[...] criar e fortalecer programas para o espírito aos direitos humanos nas escolas do ensino fundamental e médio por meio do sistema de temas transversais, como uma disciplina sobre direitos humanos” (BRASIL, 2002). Desta forma,

Obviamente, estamos falando de uma educação que privilegia os processos educativos que tenham como objetivo formar cidadãos críticos e atuantes numa determinada sociedade. Uma educação que não discrimina que promove o diálogo, a solidariedade, o respeito mútuo, a tolerância, e, sobretudo, a autonomia e a emancipação dos sujeitos envolvidos. (ADELARDE, s/d, p.2)

Para isso, a escola é um ambiente nos quais todos envolvidos no processo educativo devem usufruir de forma igualitária e inteiramente. Integrada com outras instituições para contribuir e efetivar a garantia dos direitos desses sujeitos. Neste sentido, refletir sobre os direitos humanos e diversidade na escola é de suma relevância para que eles sejam assegurados ao indivíduo.

4 | DIVERSIDADE NA ESCOLA

A escola é um ambiente de encontro com a diversidade e diferentes etnias, identidades e culturas que se manifestam por reconhecimento de si mesmo. Embora, seus muros não conseguem impedir o reflexo das desigualdades. É na escola que se formam valores, atitudes e práticas de respeito aos direitos humanos e, nesse contexto, a educação para diversidade é fundamental. Ela é um recinto de socialização de cultura, além de constituir um lócus de atividades responsável pela formação inicial, continuada do homem.

A educação em direitos humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana mediante a promoção e a vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados, os quais devem se transformar em práticas. (BENEVIDES, 2003, p. 309-310)

Para Silveira, Nader & Dias, (2007) a educação tem como objetivos fundamentais oferecer condições de acesso e de ampliação de cidadania mediante práticas educativas de sistematização dos conhecimentos socialmente acumulados pela humanidade. Estas práticas devem ser formalizadas no âmbito escolar que tem função a construção de conhecimentos gerais permitindo aos educandos apropriarem-se dos bens culturais historicamente produzidos pela sociedade.

Baseado no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), a escola, no campo específico de sua atuação, pode contribuir para a realização de ações educativas que devem ter em vista a fomentação, estimulação no sentido de promover a diversidade e a cultura dos direitos humanos através de exercício de práticas educativas de promoção e fortalecimento dos direitos humanos no espaço escolar. Neste sentido, incluir, no seu currículo, temáticas que discutam questões relativas à diversidade socioculturais, através de ações fundadas nos princípios de convivência social, participação, autonomia e democracia.

Para isso, é fundamental que o educador em Direitos Humanos torne um agente causador e disseminador de uma cultura diversificada, baseado no respeito aos direitos humanos, contemplando, e reconhecendo o princípio da dignidade inerente a todo ser humano.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa no que se refere aos direitos humanos e a diversidade objetivou em fazer uma tabulação das respostas do questionário aplicado aos sujeitos da pesquisa. O questionário foi estruturado com cinco (05) perguntas aplicadas para (trinta) 30 alunos do Ensino Médio e seis (6) perguntas para (dez) 10 professores da Escola Municipal Aldenira Nunes. O mesmo buscou analisar a prática educativa da escola no que se refere à questão dos direitos humanos e a convivência com a diversidade no ambiente escolar.

No entanto, dos (trinta) 30 alunos que resolveram voluntariamente participar da pesquisa, somente (doze) 12 alunos responderam ao questionário, sendo seis do sexo masculino e seis do sexo feminino, idade entre 15 e 21 anos. Quanto aos professores dos 10 que resolveram participar, somente sete responderam ao questionário, idade entre 31 a 54 anos.

A análise da prática educativa e o convívio com a diversidade no ambiente baseou-

se nas respostas do questionário aplicado aos educandos e educadores, sendo que, dos 30 alunos só (12) responderam o questionário, isso significa que menos 50% dos alunos participantes. Quanto aos professores (7) sete responderam, mais de 50%, as perguntas foram elaboradas partindo da problemática: De que forma a Escola Aldenira Nunes Trabalha a questão que se refere aos direitos humanos e convívio com a diversidade no ambiente escolar?

Através das respostas, buscou-se identificar a prática educativa da escola, em relação aos direitos humanos e convivência com a diversidade, ao mesmo tempo verificar quais os direitos compreendidos pelos alunos e quais eles consideram mais importante. Por fim, examinar se os direitos estão sendo assegurados em relação ao convívio com a diversidade dos educandos. As perguntas são abertas e fechadas, no qual cada estudante e educador poderiam responder livremente. As respectivas respostas são representadas pelas letras do alfabeto garantindo o anonimato de cada participante. Na primeira pergunta buscou-se identificar o que os alunos sabe sobre os Direitos Humanos. A partir da pergunta: O que você entende como Direitos Humanos? Os mesmo relataram que: educadores; A e B; C e D; E e F; G; H; I; J;K; L.

- São direitos de todos os seres humanos, na sociedade em que vive.
- São direitos inerentes a Todos independentes de raça, sexo e nacionalidade.
- O direito de ir e vir e praticar quaisquer atos perante a lei.
- Não respondeu.
- É ter liberdade de pensamento de expressão.
- Todas as pessoas devem ser tratadas igualmente e respeitadas independentemente de cor, religião, e condição financeiras.
- Nova geração de políticas publica de juventude e a criação de novos direitos sociais.
- Garantir às pessoas os direitos que são reservados a elas.
- Que nós temos direitos de votar, escolher o que quer, ser feliz e ser democrata.

Baseado nas respostas percebe-se que as respostas dos educandos são semelhantes, e uma completa o sentido da outra, entendem-se que os direitos humanos são de todos que vivem na sociedade, que são inerentes a Todos. Conforme, a Declaração

Universal de Direitos humanos (EPDS, p. 09) artigo 1º “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”. Já na segunda objetivou saber quais os direitos considerados fundamentais pelos educandos. Através da pergunta: Em sua opinião, quais são os direitos fundamentais de uma pessoa? Conforme, seus relatos: professores A; B; C, D, e F; G, D, E J; L, M, A, B, E, J e L; B, D, H, L, e M; L, I, B; L.

- Tudo aquilo que temos que aprender para ser um cidadão de direitos;
- Não respondeu;
- A liberdade de opinião e de expressão;
- Trabalho;
- Educação;
- Saúde
- Trabalho,
- Moradia, dignidade e respeito, lazer, segurança, valorização, respeito à diversidade.

Quanto a essa questão, todos eles descrevem os principais direitos inerente ao homem. Ao perguntar se as pessoas devem ser tratadas igualmente, todos respondem que sim, e as explicações uma complementa a outra. Sendo assim, toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS, s.d, p. 11)

Neste sentido, a terceira pergunta verificou se os alunos concorda que todas as pessoas devem ser tratadas igualmente, sem distinção. Baseada na pergunta aberta e fechada: Você concorda que todas as pessoas devem ser tratadas igualmente, independentes de ser homem ou mulher, da cor, da religião, da condição física e intelectual e da orientação sexual? (x) SIM () NÃO. Explique. Todos concordaram que sim. Como explicam em seus relatos a seguir: A B C e D; E; Fe G; H; I; J; K;

- Porque, somos todos iguais, independente, de suas escolhas;
- Pois cada um merece ser respeitado do jeito que é, não importa raça, condições sociais ou orientação sexual;

- Porque todos nós devemos ter os mesmos direitos.
- Porque temos os mesmo direitos perante a lei humana e também, a lei de Deus.
- Para que não exista preconceito o racismo e a violência;
- Porque todos devem ser tratados igualmente, porque nenhum conhecimento é superior a outro. Apenas alguns superam mais, por meio do senso de cada um;
- Porque cada um tem seus estilos, jeitos diferentes de se mostrar e de lidar com o mundo os jovens dos povos e comunidade distintas, respeitos às organizações sociais.

Desse modo, compreende-se que os direitos fundamentais do homem devem ser respeitados, mas, especialmente, como uma defesa de igualdade entre os serem humana, respeitando as diferenças de cada indivíduo, tanto no seu social, cultural, e nacionalidade. Sendo assim, a quarta pergunta buscou identificar se os educadores trabalham os Direitos Humanos e Diversidade na sala de aula. A partir da pergunta: Os (as) seus (suas) professores (as) trabalham esses temas (Direitos Humanos e Diversidade) em sala de aula? Como? De acordo, com a descrição dos relatos: A; B; C; D; E; F; G e L; H; J; K.

- Sim, explicando tudo para os alunos;
- Sim nas aulas de sociologia e, principalmente, filosofia;
- Sim, Eles explicam como funcionam os direitos e a diversidade;
- Educando os alunos e fazendo com que eles entendam os direitos de todos;
- Algumas vezes. Mostrando vídeos do assunto e um debate entre os alunos;
- Não responde;
- Sim, explicando e debatendo entre os alunos com todas as pessoas de como devem ser tratadas;
- Sim, incentivando os alunos a lhe dá com o diferente e respeitar enfatizando os direitos de cada um;
- Na escola as professoras trabalham o direito a diversidade e a vida segura

para os jovens, deve ser levar em conta o respeito, a sua dignidade e autonomia, aceitação a diferença;

- Sim, com exemplo de acontecimentos do dia-a-dia;
- Sim, tentando nos mostrar o melhor, e esclarecendo como devemos tratar o próximo.

Desse modo, observa-se que eles trabalham a concepção direitos humanos e diversidade através de vídeos, explicando com exemplos do dia a dia; explicando e debatendo entre os alunos como todas as pessoas devem ser tratadas; tentando nos mostrar o melhor, e esclarecendo como devemos tratar o próximo. A quinta questão é descobrir na visão dos alunos como a escola pode contribuir para que os direitos não sejam violados. A pergunta é. Você acha que a escola pode contribuir para que os direitos humanos não sejam violados? (x) SIM () NÃO. Explique. As respostas foram unânimes que sim. Os mesmos explicam em seus relatos: A; B; C, D e E; F; G; H; J; K; L.

- Porque é o lugar que as pessoas têm que aprender tudo;
- Conscientizando os alunos, abordando a importância dos direitos humanos em sala de aula;
- Sim,
- De muitas maneiras uma delas é dar conhecimento do assunto aos alunos e pais, daí começa a contribuição;
- Sempre incluindo todos os alunos em atividades na escola sem excluir ninguém;
- Porquê das escolas tem que sair o incentivo e motivação para que os alunos possam ser educados em relação aos direitos humanos, sem restrições as diferenças do próximo;
- Porque eles têm que trabalhar com o desafio do fortalecimento institucional juventude e efetivação de direitos a educação a juventude rural;
- A escola é fundamental para que todos aprendam quais seus direitos e deveres também;
- Precisamos trabalhar mais nesta tecla e fazendo mais trabalho sobre o assunto;

Então, observa-se que todos concordam que ela pode contribuir com respostas diversas. Mas, percebe-se que a escola contribui para educação em direitos humanos de forma democrática. Quanto aos educadores buscou-se, inicialmente, identificar se os mesmos obtêm conhecimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, através da pergunta: Você conhece a Declaração Universal de Direitos Humanos? (x) SIM () NÃO. A, H, C, D, E, F e G. responderam que – “sim”. Do mesmo modo, a segunda questão procurou verificar a visão dos educadores acerca dos Direitos Humanos, através da pergunta: Qual é a sua concepção acerca dos Direitos Humanos? Pelos seus relatos compreende-se que:

A - Que cada ser humano tem direito e deveres perante a sociedade em que vive;

B - É que eles existem, mas que o ser humano não é contemplado como deveria ser. Pois muitas coisas precisam ser mudadas;

C e D - São direitos que foram conquistados ao longo da história pelo homem e que nos protege de qualquer maltrato desumano.

E - É um documento que garante o direito de ser cidadão e ao mesmo tempo promove várias ações com o respeito à vida liberdade;

F e G - Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, datado de direitos a liberdade de opinião e de expressão.

Também, observa-se que há semelhança entre as respostas, que de acordo com suas concepções dos direitos. Segundo, a Declaração Universal de Direitos Humanos, (EPDS, p.17) no artigo 5º “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”. A terceira questão perguntou-se: é possível desenvolver um processo educativo em direitos humanos mesmo não se tratando de uma disciplina escolar? todos concordaram que sim. Com uma pergunta aberta e fechada a quarta objetivou-se descobrir se eles concordam que educação em Direitos Humanos é um dos caminhos necessários para a efetivação mais elementar de uma sociedade mais justa e solidária. Todos responderam que sim e ao mesmo tempo verificou-se a forma como os educadores trabalham em sala de aula. Os mesmos relataram que:

A - Trabalha fazendo demonstrações do que é certo ou errado;

B - Na disciplina de ensino religioso, com temas relacionados aos direitos humanos;

C - De forma, sensibilizadora, através de diálogo em que cada um precisa conhecer e ir atrás dos seus direitos;

D, F e G - Orientado os alunos a ter respeito uns com os outros independentes de sua cultura ou crença;

E - Vídeo, brincadeira, jogos e outros, são dever do professor ensinar o aluno os direitos humanos;

G - Sim, nas aulas de ensino religioso com textos relacionado ao conteúdo.

Neste sentido, segundo Mendonça módulo II, Educação, Pobreza e Desigualdade

Social, o PNEDH propõe que “as experiências de Educação em Direitos Humanos devem se constituir um elemento relevante para a vida da comunidade escolar, envolvendo todos(as) os(as) (suas) participantes em um diálogo sobre maneiras de aplicar os direitos humanos na sua vida e na sua prática cotidiana.” (MENDONÇA, s.d, p. 38). Dessa forma, a quinta pergunta refere-se ao convívio com a diversidade étnico-racial, religiosa, cultural, físico-individual, de gênero e de orientação sexual dos alunos e professores (as), nos relatos observa-se que a convivência é de respeito, que há uma boa relação entre educandos e educadores, com respeito à diversidade de cada um.

A - Convívio de respeito;

B - É boa;

C - É razoável, onde cada uma pretende respeitar os outros e as diversidades;

D e G - Muito bom;

E - Esses temas são discutidos e trabalhados sempre respeitados sua diversidade; professor;

F - Sim, normal, respeitando a diversidade de cada indivíduo.

Desse modo, a professora **C**, não concorda com os demais, ao dizer que “é razoável, onde cada uma pretende respeitar os outros e as diversidades”, pelo seu comentário entende-se que ainda não há um convívio de respeito, mas sim uma pretensão. Para que o convívio torna cada dia mais harmônico é preciso que:

Os sistemas de ensino e as escolas em particular têm o dever indeclinável de se constituírem agentes da promoção e da defesa dos direitos humanos, combatendo sistematicamente o preconceito, e organizando-se para que seus ambientes sejam facilitadores dos processos formativos que articule, mas múltiplas dimensões que compõem o ser humano em sua inteireza – cognitiva, afetiva, sociopolítica. (MENDONÇA, s/d, p. 37)

De acordo, com a citação a sexta questão buscou-se identificar se o educador pode contribuir desempenhando o papel de agente social transformador, fazendo com que os direitos humanos não sejam violados, tanto no ambiente escolar, como no social. Pelos relatos observou-se que eles concordam, e explicam que podem contribuir diretamente com os alunos.

A - Certeza. Contribuindo com a formação de um cidadão crítico e atuante;

B - Sim, pois ele está diretamente lhe dando com os alunos;

C - Sim, mas precisa do apoio e respeitos de todos;

D e G - Sim. Fazendo nossa parte em sala com temas que seja relacionado aos direitos humanos;

E - Levando o educando a conhecer e buscar seus direitos garantidos por lei;

F - Sim. Orientando.

Neste sentido, Mendonça Módulo EPDS, (s/d, p. 38) a realização de um processo eficaz de Educação em Direitos Humanos é de grande relevância para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a realidade de cada um e para a construção de capacidades individuais e coletivas. Portanto, a sexta questão conclui o questionário, referindo-se ao educador de como ele pode contribuir desempenhando o papel de agente social transformador, fazendo com que os direitos humanos não sejam violados, tanto no ambiente escolar, como no social?

Quanto a essa questão observa-se que todos os educadores presentes na pesquisa concorda que eles podem sim, contribuir para que os direitos humanos não sejam violados. Mesmo, sem um método a ser seguidos, professores (as) procuram oferecer instrumentos que embasem suas práticas pedagógicas em direitos humanos.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa constatou que a Escola trabalha a questão dos direitos humanos e da diversidade, através de diálogos, apresentação de vídeos e na prática cotidiana que o tema é abordado, principalmente, nas aulas de Sociologia e Filosofia. E que segundo os relatos é possível desenvolver um processo educativo em direitos humanos mesmo não se tratando de uma disciplina escolar. Quanto ao convívio com a diversidade é de respeito e que a escola contribui desempenhando o papel de agente social transformador no que refere ao respeito aos direitos humanos.

Quanto aos educandos estes compreendem que os direitos humanos são inerentes a todos e que as pessoas devem ser tratadas igualmente, independente de ser homem ou mulher, da cor, da religião, da condição física e intelectual e da orientação sexual. Enfim, confirmaram que os professores discutem a temática dos direitos humanos e da diversidade em sala de aula e que a Escola contribui para que os direitos humanos não sejam violados.

REFERÊNCIAS

AYTON, William T. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. <http://www.udhrt.org/>. Acesso, 19/11/2016

BANDEIRA, Marina. Laboratório de Psicologia Ambiental. Série: **Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais**. Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia. 2003, N° 1

BENEVIDES, Maria Vitória, Educação em direitos humanos: de que se trata? In: BARBOSA, R. L. L. B. (Org.). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

_____. **Cidadania e Direitos Humanos**. <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf>. 2012. Acesso 19/11/2016

BOBBIO, Norberto. **A era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano nacional de direitos humanos II**. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002.

BRASIL, Comitê nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: SEDH/MEC/MJ/UNESCO, 2006.

CASTRO, Sandra Afonso de. **Direitos humanos: da inserção temática ao cotidiano escolar**. Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação, 2013.

Declaração e Programa de Ação de Viena. 25 de junho de 1993. //www.oas.org/dil/port/1993%20Declaração%20e%20Programa%20de%20Ação%20adoptado%20pela%20Conferência%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf. Acesso, 19/11/ 2016.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: UNIC, 2009 [1948]. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>> Acesso em: 5 mar. 2015.

FINK, A; & KOSECOFF, J. **How to conduct surveys: A step-by-step guide**. Beverly Hills: Sage.1985.

LIMA, Inácio Antônio Gomes de, <https://jus.com.br/artigos/27225/educacao-em-direitos-humanos-na-escola-publica>. Acesso, 11/08/2016.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Módulo II. **Pobreza, Direitos, Justiça e Educação**. Curso de Especialização, **Educação, Pobreza e Desigualdade Social**. Secretaria de Educação, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Ministério da Educação. 2015.

RABENHORST, Eduardo R. Necessidades básicas e Direitos Humanos. In: BITTAR, Eduardo C.B.; TOSI, Giuseppe (orgs.). **Democracia e Educação em Direitos Humanos numa época de insegurança**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2008.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; NADER, Alexandre Antonio Gilli & DIAS, Adelaide Alves. **Subsídios para a Elaboração das Diretrizes Gerais da Educação em Direitos Humanos** – versão preliminar. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afeto 2, 43, 128, 134

Africanidades 38, 42, 43, 44, 46, 48

Alteridade 16, 54, 113

América Latina 3, 4, 14, 81, 84, 163, 169, 180, 181, 185, 187, 188, 190, 238

Antropologia 128, 130, 135, 138, 179, 195, 207, 235, 236

Arquétipos 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 126, 134

Artes 60, 101, 114, 116, 117, 120, 125, 127, 178

C

Comunicação 57, 58, 63, 64, 69, 70, 126, 138, 142, 148, 150, 154, 156, 159, 161, 166, 181, 186, 190, 192, 194, 195, 207, 245, 260

D

Democracia 29, 37, 41, 49, 50, 52, 54, 56, 58, 59, 75, 79, 185, 224, 227, 254, 256

Dialética 1, 2, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 54, 57, 113, 161

Direitos das Mulheres 73, 77, 79, 81

Direitos Humanos 16, 17, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 51, 52, 53, 54, 74, 78, 183, 191, 193

Discurso 4, 50, 56, 62, 63, 64, 72, 87, 92, 113, 127, 133, 147, 150, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 203, 204, 206, 207, 217, 224, 227, 254

Diversidade 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 41, 42, 47, 55, 58, 63, 65, 68, 71, 79, 109, 150, 158, 163, 164, 198, 211, 239, 243

E

Educação 5, 13, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 56, 57, 61, 62, 63, 71, 72, 73, 75, 76, 83, 85, 91, 106, 122, 199, 202, 204, 220, 224, 236, 246

Emancipação Feminina 73

Ensino 15, 25, 26, 28, 29, 34, 35, 38, 39, 41, 43, 48, 50, 56, 59, 60, 62, 63, 65, 67, 68, 71, 90, 102, 104, 114, 125, 199, 208, 210, 220, 221, 222, 223, 224, 225

Escola 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 53, 55, 58, 62, 68, 71, 78, 90, 112, 147, 149, 179, 209, 210, 220, 221, 222, 223, 224

Estigma 116, 132, 134, 135, 138, 167, 170, 171, 176, 177, 178

Ética 11, 16, 19, 23, 24, 59, 83, 84, 103, 149, 178

Etnografia 38, 43, 48, 130, 135, 136

Eugenia 140, 146, 150

F

Formação Continuada 62, 63, 64, 65, 71

Fronteiras 56, 57, 72, 194, 200, 201

G

Geografia 147, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 242, 243

H

História 1, 2, 7, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 23, 34, 38, 40, 41, 42, 47, 54, 58, 61, 78, 80, 84, 89, 99, 114, 120, 122, 125, 134, 140, 141, 150, 161, 169, 185, 186, 187, 196, 197, 200, 202, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 214, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 232, 235, 236, 240, 241, 248, 249, 256, 257, 258, 259

Homossexualidade 128, 131, 132, 133, 134, 138

I

Idosos 204

Inconsciente Coletivo 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 126

Integração Social 55

J

Jornalismo 140, 195

Juventudes 49, 50, 54, 55, 60, 61

L

Ludicidade 38, 41, 42, 43, 46, 48

Lugares de resistência 38

M

Masculinidades 137

Movimento Migratório 180

Movimentos Feministas 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 83

N

Negritude 115, 128, 130, 131, 134, 149, 246

O

Outsiders 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

P

Patriarcado 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 83, 84

Pedagogia do teatro 114

Periódicos 126, 140, 141, 143, 145, 148

Plantas Medicinais 85, 86, 89, 90, 96, 97, 98, 99

Pobreza 3, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 27, 34, 36, 37, 180, 189, 192

Propriedade da terra 226, 228

Q

Quilombo 142, 143, 234, 236, 237, 238, 239, 242

R

Racismo 32, 39, 40, 41, 47, 48, 53, 64, 104, 130, 131, 132, 133, 137, 140, 147, 148, 173, 246, 248, 257

Refugiados 180, 182, 183, 184, 185, 192, 193

S

Saúde 4, 5, 28, 31, 73, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 106, 116, 150, 160, 163, 169, 170, 179, 180, 181, 190, 191, 204, 205, 206

Serviço Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15

Situação de rua 16, 17, 21, 22, 23, 24

T

Temas transversais 28, 208, 221, 222, 223

Teoria Marxiana 1

Território 22, 53, 104, 123, 146, 183, 184, 191, 200, 201, 202, 223, 225, 229, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 252, 254, 255

V

Violação 16, 17, 21, 23, 26, 148, 183

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 